

POR CARLOS ROXO

Atualmente é membro do Grupo Executivo da Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura e sócio da empresa de consultoria Maker Sustentabilidade. Foi diretor de Sustentabilidade e Relações Corporativas da Fibria (atual Suzano), tendo sido membro do Grupo Florestal do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), e co-líder do *The Forest Dialogue*.

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO PARA O SETOR DE FLORESTAS PLANTADAS

O Setor Florestal mundial, e o brasileiro em particular, deve se orgulhar do seu pioneirismo na construção de diálogos *multistakeholders* com outros setores, que inspiraram diversas iniciativas. Isso decorre do fato de o setor ter entendido que na vida não se faz nada sozinho e que, para crescer, precisaria aliar seu empreendedorismo e capacidade de inovação ao diálogo com a sociedade.

Nos anos 1990, o manejo de florestas tinha-se tornado o foco da discussão mundial entre empresas, ONGs, consumidores e opinião pública, com a mesma intensidade com que se discutem hoje as mudanças climáticas. Essas discussões tornaram-se difíceis por envolverem uma grande diversidade de interesses, sendo marcadas pela polarização, fragmentação e demonização.

Na época, as preocupações levantadas variavam com a geografia. Na Europa e nos Estados Unidos, o foco era o tamanho das áreas de colheita, muitas vezes envolvendo Parques Nacionais, assim como a proteção das áreas com alta diversidade. Já no Brasil, Chile e África do Sul as discussões miravam as árvores cultivadas, levantando temas como monocultura, espécies exóticas, herbicidas, organismos geneticamente modificados (OGMs), condições de trabalho e impacto nas comunidades.

A maior dificuldade dessas discussões estava na subjetividade do conceito de manejo florestal. Enquanto, em termos de poluição, a qualidade das emissões atmosféricas e hídricas podia ser avaliada por parâmetros físicos e químicos globalmente estabelecidos (como material particulado, CO₂, matéria orgânica e produtos inorgânicos), a avaliação da qualidade dos sistemas de manejo florestal carecia de critérios.

Como consequência a essas discussões, surgiram iniciativas de várias naturezas, que acabaram ao final de algum tempo se entrelaçando.

Uma dessas iniciativas foi sobre certificação florestal, que visava justamente definir os critérios de manejo sustentável, para que se pudesse avaliar se eram atendidos. Surgiram então, em sequência, vários sistemas de certificação florestal, como o FSC (iniciativa das ONGs, de abrangência global, e que no início não certificava plantações), o PEFC (iniciativa dos proprietários florestais europeus, que depois internacionalizou-se), o SFI e CSA, respectivamente nos EUA e Canadá, o CERFLOR, estabelecido pelo INMETRO no Brasil, e o CERFOR, no Chile. Estes sistemas, que na época competiam ruidosamente atacando-se mutuamente, acabaram minando seu principal capital, que era a credibilidade junto aos consumidores, que se viram confusos diante de tanta propaganda e contrapropaganda, e não aderiram em larga escala de imediato, o que felizmente veio a acontecer depois que os diversos sistemas passaram a falar dos seus critérios.

No âmbito da indústria florestal, as maiores empresas florestais do mundo filiaram-se ao *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e criaram em seu âmbito o Grupo Florestal, que promoveu o desenvolvimento de um estudo independente pelo renomado Think Tank *International Institute for Environment and Development* (IIED), denominado *Sustainable Paper Cycle*, idealizado pelo Chairman da Aracruz Erling Lorentzen, que analisou todo o ciclo de produção de papel, fazendo inúmeras e valiosas recomendações, como o estabelecimento de um processo de diálogo entre a indústria florestal e seus múltiplos *stakeholders*.

A polêmica atingiu o Banco Mundial, que passou a ser acusado por muitas ONGs de financiar iniciativas florestais não sustentáveis. Estas acusações foram tão intensas que levaram o seu presidente, James Wolfensohn, a reunir-se com a WWF e o WBCSD propondo catalisar um diálogo entre ONGs e em-

presas, que ocorreu em janeiro de 1998, e do qual participou pessoalmente. Este Primeiro Diálogo foi extremamente tenso, marcado por acusações mútuas, mas com um resultado então considerado positivo para as circunstâncias, pois, no final, todos concordaram que novos diálogos deveriam ser realizados.

O Segundo Diálogo, realizado em 1999, em uma fazenda florestal da Suécia, foi ainda contencioso, mas mais produtivo: durou dois dias, envolvendo jantares e drinks de todo o grupo, o que possibilitou que os participantes se conhecessem melhor pessoalmente, vissem que tinham discordâncias, mas também concordâncias, e começassem a criar laços de confiança pessoais, que de forma natural foram transferidos posteriormente às suas instituições. Isso possibilitou que fosse constituído um pequeno comitê, que formulou a proposta de um processo continuado de diálogo.

Em consequência, nasceu em 2000 o *The Forest Dialogue* (TFD), cuja governança é exercida por um *Steering Committee*, com dois colíderes: um do setor florestal e outro das ONGs. O Brasil já ocupou duas vezes a posição de colíder.

Os diálogos iniciais foram sobre certificação, mas posteriormente abrangeram diversos outros temas, entre os quais, por duas vezes, plantações, sendo um deles no Brasil. Um dos diálogos mais difíceis foi sobre OGMs, em que após dois diálogos iniciais malsucedidos (em 2011 e 2012), organizou-se sem publicidade uma “Sessão de Informações” de dois dias em 2013, na Inglaterra, com apenas 15 participantes de empresas (entre os quais duas brasileiras) e ONGs (inclusive Greenpeace), em que foram discutidas as respostas das empresas a um questionário previamente elaborado pelas ONGs. Tal sessão teve efeito semelhante ao Primeiro Diálogo patrocinado pelo Banco Mundial: existiram muitas divergências, mas entre reuniões e refeições e drinks, criou-se um ambiente menos defensivo que permitiu selecionar seis temas para uma nova sessão, tendo-se acordado que seria realizada no Brasil.

Nesta época, deixei o TFD e depois soube que esta sessão não se realizou, mas o simples fato de ter sido cogitada mostra o poder do diálogo.

Além de promover maior entendimento sobre vários assuntos e de criar laços de relacionamento entre as instituições, o TFD gerou indiretamente alguns resultados extremamente importantes. Dentre eles:

1. Em 2007, houve a criação do *The New Generation Plantations Project* (NGP), coordenado pela WWF e com a participação de diversas empresas, inclusive brasileiras. A principal conclusão do NGP, e que trouxe um novo olhar

sobre as plantações, é que as questões positivas ou negativas não estão associadas às espécies em si, mas ao seu manejo, havendo tanto exemplos positivos como negativos, que suportam esta conclusão, o que influenciou uma mudança de olhar de diversas ONGs e do público em geral sobre as árvores cultivadas.

Esta conclusão teve um grande efeito sobre a postura do setor florestal brasileiro, que reconheceu que não deveria generalizar a defesa das plantações, mas examinar cada caso em particular, o que possibilitou a identificação de diversos bons manejos, que passaram a ser usados como modelos, assim como de manejos de baixa qualidade, o que permitiu a sua correção.

Tal mudança de postura teve um efeito bastante positivo em termos de imagem do setor: as grandes ONGs passaram a aceitar as plantações florestais, que foram inclusive certificadas pelo FSC (que no início não o fazia), embora algumas ONGs mais extremadas continuassem a atacá-las, mas agora com uma repercussão bastante limitada.

2. Em 2005, houve a criação do Diálogo Florestal (brasileiro), com nove fóruns regionais, estando seis ativos hoje, o que possibilitou a discussão local das questões em cima de casos concretos.
3. Em 2015, foi criada a Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura, reunindo cerca de 300 membros do setor de árvores cultivadas, agro-negócio, setor financeiro e ONGs, que consolidou-se e vem fazendo um trabalho relevante na área de clima e uso do solo. Suzano e IBÁ foram fundadoras da Coalizão e são membros do seu Grupo Estratégico, que engloba algumas das mais importantes empresas e ONGs no País.

Assim, o setor de árvores cultivadas teve e continua a ter um papel relevante na manutenção de espaços de diálogo com outros setores da sociedade. Participar com sucesso deste diálogo requer não só que o setor comunique de forma transparente os conhecimentos oriundos de suas práticas de manejo, mas que também tenha capacidade de escuta de outras visões, que podem resultar de ângulos de olhar diferentes e serem perfeitamente legítimas. É preciso além disso escolher os interlocutores que de fato lhe são importantes, e procurar desenvolver com eles uma rede de relações de confiança, que é a única forma de se contrapor aos “*fake facts*”, que infelizmente se tornaram um fator disruptivo do mundo moderno.

Nota: O tema deste artigo foi apresentado pelo autor na reunião do Conselho Consultivo da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), realizada no último 3 de agosto. ■